

Oswaldo Peralva**O dia seguinte**

A espetacular vitória da Presidência da República, incluindo tanto o seu titular como o grupo dos auxiliares mais inflexíveis, indispostos a quaisquer concessões contrárias à tese do presidencialismo com cinco anos de mandato, vem produzindo consequências dentro e fora do Governo.

Nas hostes do PMDB começa a definir-se um realinhamento de forças, com os conservadores e governistas de um lado, e os progressistas e oposicionistas, de outro. Certo que a divisão não se opera com toda essa nitidez, mas é por aí que caminha.

Por enquanto há exceções, como a dos progressistas que ocupam posto ministeriais e neles se mantém como representantes do PMDB que continua a acatar a liderança do presidente Ulysses Guimarães.

A situação se complicou de tal modo que o presidente Sarney achou melhor se desvincular de ambos os partidos que compunham a Aliança Democrática — o PFL, pelo qual foi indicado para compor a chapa presidencial com Tancredo Neves, e o PMDB, cuja ficha teve de assinar, por injunções legais, e do qual se tornou presidente de honra, por injunções políticas. Os parlamentares que lhe asseguraram essa vitória formavam uma massa amorfa no seio da Constituinte, movidos por interesses vários, sem um mínimo de coesão entre si. Daí a idéia levantada no Planalto de se reconstituir a Aliança Democrática, hoje mais difícil do que ontem, por várias razões, entre as quais as seguintes.

O PFL do ministro Antônio Carlos Magalhães e do deputado José Lourenço se considera um dos principais artífices do jogo que resultou na derrota dos parlamentaristas e dos adeptos do mandato de quatro anos. É compreensível que reiviniquem uma parcela maior na distribuição dos cargos.

Mas esse Ministério se encontra na faixa peemedebista que ainda pode ser atraída para colaborar com o programa que o Governo quiser implementar. Contrariar esse grupo significa lançar mais forças no campo oposicionista. Por outro lado, sem pagar esse preço talvez não obtenha o respaldo necessário dos reivindicantes pefelitas.

Mas se é difícil a construção de um poderoso agrupamento parlamentar de apoio ao Executivo, nesta hora de ressentimentos gerados pelo estrondo da vitória de uns e da derrota de outros, não menos difícil será reunir os diversos setores da sociedade para darem respaldo a medidas de austeridade.

Recorda-se que depois da euforia do Plano Cruzado, os decretos sobre empréstimos compulsórios foram recebidas com indignação pelas camadas médias da população, as mais atingidas. E o pior é que, conforme os fatos demonstraram, eles de nada adiantaram quanto à finalidade de combate à inflação. Agora os ministros da área econômica, vencendo a resistência de muitos colegas de outras áreas, impõem o congelamento de salários no setor público. Significa que está sendo adotada a mesma solução parcial e superficial para um problema profundo e geral.

O ministro Mailson da Nóbrega ficou irritado com a nota conjunta de líderes sindicais de operários e empresários contra a extinção da URP declarando que só precisa de apoio do Presidente da República.

Isso é verdade, claro, pois os ministros são auxiliares do chefe do Governo, demissíveis *ad nutum*. Mas o Presidente da República, diferentemente de seus auxiliares, não pode dispensar o apoio da opinião pública, sobretudo quando tem compromissos com o resgate da dívida social.

Estes os dados em pauta no dia seguinte ao da vitória.

AUC V